



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

SÂMARIS CATHERINGER RIBEIRO

**UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ADOECIMENTO DOS GRADUANDOS EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Mariana/MG

2018

SÂMARIS CATHERINGER RIBEIRO

**UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ADOECIMENTO DOS GRADUANDOS EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof.^a. Me. Rafaela Bezerra Fernandes.

Mariana/MG

2018

R484a Ribeiro, Sâmaris Catheringer.
Uma análise crítica sobre o adoecimento dos graduandos em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto [manuscrito] / Sâmaris Catheringer Ribeiro. - 2018.

54f.: il.: color; grafs.

Orientadora: Prof^ª. MSc^ª. Rafaela Bezerra Fernandes.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Doença. 2. Universidades e faculdades. 3. Graduação escolar. 4. Serviço Social. I. Fernandes, Rafaela Bezerra. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ADOECIMENTO DOS GRADUANDOS EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

SÂMARIS CATHERINGER RIBEIRO

ORIENTADORA: RAFAELA BEZERRA FERNANDES

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 17 / 12 / 2018



Profa. Me. Rafaela Bezerra Fernandes (Orientadora)

Universidade Federal de Ouro Preto



Profa. Me. Paula Silva Leão

Universidade Federal de Ouro Preto



Luciana da Conceição Gomes

Assistente Social

AGRADEIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional e por não pouparem esforços para que essa conquista fosse possível.

Aos meus irmãos e a minha irmã, pelo companheirismo, apoio e incentivo.

À Prof.^a Rafaela Fernandes, obrigada por sua imensa contribuição, pela paciência, pelo incentivo e compreensão para que eu alcançasse meus objetivos.

A Prof.^a Paula Leão, por seu amparo sempre que me foi preciso e por repassar com toda sua simplicidade o amor à profissão.

A querida assistente social, Luciana Gomes, pela amizade e experiência maravilhosa de estagiar ao seu lado.

Aos meus amigos da UFOP e do Vale do Aço, pelo carinho e por me acompanharem durante toda essa jornada.

Por fim, a todos os estudantes do Serviço Social por contribuírem com a pesquisa e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para construção deste trabalho.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

*“A educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas transformam
o mundo”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o adoecimento dos graduandos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Para qualificação do estudo, foi aplicado questionário com quarenta e nove estudantes do referido curso. Considerando as configurações do modo de produção capitalista e a dinâmica contemporânea do Estado neoliberal, buscou-se compreender e relacionar os impactos causados no financiamento da educação e no propósito da Universidade pública e suas implicações na trajetória de formação profissional e no adoecimento dos estudantes de Serviço Social. Os resultados obtidos com a pesquisa comprovam a presença do adoecimento no curso e demonstram a influência da Universidade nesse processo. Foi possível identificar, através da análise dos dados e dos relatos dos estudantes, a necessidade de ampliação das ações da UFOP no enfrentamento do adoecimento.

Palavras chave: Adoecimento; Universidade; graduandos; Serviço Social.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the sickness of the undergraduate students of the Social Service course of the Federal University of Ouro Preto. To qualify the study, a questionnaire was applied with forty-nine students of the referred course. Considering the configurations of the capitalist mode of production and the contemporary dynamics of the neoliberal state, we sought to understand and relate the impacts caused in the financing of education and in the purpose of the public university and its implications in the trajectory of professional training and the sickness of students of Social Service. The results obtained with the research prove the presence of illness in the course and demonstrate the influence of the University in this process. It was possible to identify, through the analysis of the data and the students' reports, the need to expand UFOP's actions in the face of illness.

Keywords: Sickness; University; graduates; Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

MEC – Ministério da Educação

EC – Emenda Constitucional

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PRACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

NACE – Núcleo de Assuntos Comunitários e Estudantis

MPC – Modo de produção capitalista

GED – Gratificação de Estímulo à Docência

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

PROUNI – Programa Universidade para Todos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EAD – Ensino a Distância

SISU – Sistema de Seleção Unificada

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de atividade remunerada como forma de complementação de renda.....	34
Gráfico 2 – Necessidade em se afastar do núcleo familiar para estudar em Mariana e condição de moradia atual.....	36
Gráfico 3 – Frequência do consumo de bebidas alcoólicas.....	37
Gráfico 4 – Auto avaliação do adoecimento mental.....	38
Gráfico 5 – A UFOP como influenciadora do adoecimento estudantil.....	38
Gráfico 6 – Adoecimento antes do ingresso na UFOP.....	39
Gráfico 7 – As universidades como agentes adoecedores.....	39
Gráfico 8 – Esperança quanto ao futuro profissional.....	40
Gráfico 9 – A influência do estágio na saúde mental do aluno de Serviço Social.....	40
Gráfico 10 – Experiência de assédio na Instituição.....	41
Gráfico 11 – Manifestações do adoecimento entre os discentes.....	41
Gráfico 12 – Pensamentos suicidas.....	42
Gráfico 13 – Busca por atendimento especializado.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, TRAJETÓRIA HISTÓRICA E SEUS REFLEXOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA.....	14
1.1 A dinâmica das relações sociais no capitalismo.....	14
1.2 A nova face do liberalismo e o adoecimento da classe trabalhadora.....	15
2. DIREITOS SOCIAIS E A CONJUNTURA ATUAL: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CENA.....	22
3. ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS GRADUANDOS EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO.....	33
3.1 Metodologia do estudo.....	33
3.2 Contribuições dos graduandos participantes.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICES.....	53

INTRODUÇÃO

Considerando a conjuntura nacional atual marcada pelo aprofundamento do ideário neoliberal e pelas crises do capitalismo, nos deparamos com diversos ataques do governo federal às políticas públicas a fim de promover a manutenção do modo de produção capitalista e da progressão dos lucros, resultando, segundo Santos (2010), na intensificação da exploração e na precarização da força e das condições de trabalho em todas as áreas de inserção profissional. Ainda de acordo com a autora, dimensões subjetivas das relações de trabalho, como a competitividade, burocratismo e violação de direitos, somado às tendências mais gerais do mercado de trabalho, como “flexibilização, desregulamentação e desterritorialização”, são alguns dos fatores responsáveis por causar e/ou agravar o adoecimento dos trabalhadores.

Tendo em vista os elementos levantados, importa reconhecer que o adoecimento e o sofrimento mental não são exclusivos da classe trabalhadora exaurida, ainda que possam se expressar mais incisivamente sobre este segmento em vista das condições objetivas e subjetivas de vida a que são submetidos. A depressão, o alcoolismo e o suicídio, por exemplo, estão cada vez mais presentes no meio universitário. De acordo com Saraiva e Quixadá (2010, p. 1)

As dificuldades de adaptação e de aprendizagem resultantes do impacto da mudança da estrutura institucional sofrido pelo aluno recém-ingresso, as quais podem de manifestar através do absenteísmo, drogadição, depressão e suicídio, ansiedade e estresse. Estes são alguns dos inúmeros quadros apresentados cotidianamente pelos alunos em sala de aula, nos corredores e outros espaços universitários, no seu percurso de formação.

Em 2007, com o objetivo de “ampliar o acesso e a permanência na educação superior” foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De acordo com o último senso do MEC, até o ano de 2011 já haviam sido criadas “14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação”, o que de fato proporcionou um maior ingresso de estudantes nas universidades públicas.

Entretanto, em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) nº 95, cujo conteúdo prevê o congelamento dos gastos na saúde e na educação por 20 (vinte) anos e cujos rebatimentos, não por acaso, colocam em risco não só a expansão das universidades públicas federais, bem como, especialmente, a própria manutenção das estruturas já existentes. Trata-se, portanto, do agravamento de um quadro já crônico que pode ser visto na conformação do

REUNI, programa que se propõe à expansão das universidades, mas que não necessariamente garante a expansão de um ensino superior de qualidade com correspondente incorporação de docentes e técnicos via concursos públicos, a ampliação da infraestrutura e, principalmente, quando se trata da permanência, o investimento na assistência estudantil para atender a essa gigantesca demanda de graduandos que significativamente se amplia.

Diante do exposto, cumpre notar que tratar sobre o adoecimento dos estudantes do curso de Serviço Social figura especial relevância principalmente por constituir-se um estudo sobre aqueles que, posteriormente formados e inseridos no mundo do trabalho, atuarão diretamente com a defesa e garantia de direitos, situação que pela condição de adoecimento desenvolvida e/ou agravada durante o processo formativo, sinaliza a particular violação de direitos a que estes próprios já se encontram submetidos e que, portanto, também requisita atenção e análise crítica. O olhar sobre tal questão centra-se na finalidade de pensar em que medida o ambiente universitário vem ou não contribuindo para a formação de futuros profissionais adoecidos.

A partir desta preocupação, motivada pelas observações engendradas no cotidiano do processo de formação acadêmica pela estudante-pesquisadora, esta pesquisa visa compreender a conformação do sofrimento e o adoecimento mental dos discentes e seus possíveis desdobramentos sobre as relações sociais e acadêmicas, tendo por fim último problematizar de que maneira, na atual conjuntura, a Universidade lida e/ou gera o adoecimento destes sujeitos.

Objetiva-se, com o desenvolvimento do presente estudo, que este contribua com dados e reflexões que atentem para elementos que tocam não só a situação do esgotamento emocional dos discentes, suas causas e desdobramentos, mas em como tal cenário influi sobre suas condições de permanência e conclusão do percurso formativo na universidade.

CAPÍTULO 1 - MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, TRAJETÓRIA HISTÓRICA E SEUS REFLEXOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

1.1 - A dinâmica das relações sociais no capitalismo

Enquanto condição ontológica o homem¹ realiza o trabalho, “transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 42), isto é, de acordo com Marx, o trabalho se dá na transformação da natureza. Este é ainda *teleologicamente direcionado*, pois há um objetivo em sua transformação, ou seja, há primeiro a criação no plano das ideias, há planejamento que utiliza e/ou cria ferramentas para transformar o objeto pensado em objeto real, trabalho esse que diferencia o homem dos animais, configurando-se “*fundante do ser social*”.

Quanto mais os homens, em sua singularidade, incorporam as objetivações do ser social, mais se humanizam [...] À medida que o ser social se desenvolve – ou seja: à medida que a sociedade mais se diferencia da natureza e se enriquece com novas objetivações-, mais complexa se torna a relação entre os homens [...]. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 58)

A “sociedade” primitiva era capaz de produzir apenas o imediato para a sobrevivência da comunidade. Os conhecimentos adquiridos pelos homens ao longo da história possibilitaram o aperfeiçoamento do processo de trabalho e nos marcos do capitalismo assumem novos contornos. De acordo com Netto e Braz (2012, p. 69),

A possibilidade da acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (os *produtores* diretos) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os *apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores de direito).

A partir do século XVI ocorre o surgimento do Estado absolutista marcado pela centralização de poder, mercantilismo e monopólios comerciais. “Na sociedade, surgiam forças produtivas que exigiam novas relações (capitalistas, burguesas), mas estas eram travadas pelo Estado absolutista (que condensava relações de produção feudais). Sobreveio a Revolução Burguesa” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 86). A tomada de poder pela classe burguesa diante desse processo inaugura o modo de produção capitalista.

O objetivo do modo de produção capitalista é manter sua base de sustentação através da exploração da mais-valia. “A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de

¹ Refiro-me a homem no sentido amplo de ser humano, independente do gênero sexual.

exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”. (MARX, 1998, p. 254).

Logo, toda sua estrutura e estratégia está voltada para esta lógica, uma vez que é através dela que ocorre a obtenção do lucro, cujo objetivo último consiste em diminuir os custos para ampliar os lucros, o que significa, por exemplo, que para tal, ao invés de elevar a quantidade de mão de obra (trabalhadores/operários) visando a ampliação da produção, o capitalista utiliza de inovações tecnológicas e da extensão e intensificação das jornadas de trabalho da mão de obra já contratada. Conforme Netto e Braz (2012), “compreende-se, pois, por que ao capitalista sempre interessem longas jornadas de trabalho: jornada mais longa significa mais trabalho excedente”.

Dessa forma, intensifica-se a exploração, quanto maior o trabalho excedente maior será a extração de mais-valia, conseqüentemente crescimento dos lucros. Lucro este que é revertido em capital constante (meios de produção, matéria-prima) somado ao capital variável (força de trabalho) que através do processo de acumulação e circulação de mercadorias alimenta o circuito produtivo, ou seja, este seria o ciclo de acumulação do capital.

Tendo a acumulação como pilar do MPC e as expressões da questão social determinadas pela relação entre capital e trabalho, o desemprego é um dos desdobramentos desse embate de interesses antagônicos que acabam por recair sobre a classe trabalhadora. A massa de pessoas desempregadas constituem o exército industrial de reserva.

Assim, se esse exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável ao prosseguimento dela; por isso mesmo, constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 135)

Cabe aqui ressaltar a importância desse “exército” para o ciclo de reprodução do capital, cujo excedente de mão de obra disponível permite que os capitalistas ofereçam salários menores, já que a oferta de força de trabalho é maior que a sua capacidade de absorção.

1.2 - A nova face do liberalismo e o adoecimento da classe trabalhadora

O Estado Liberal em meados do século XIX é marcado pela política de não intervenção no mercado, pelo forte investimento na industrialização, na mecanização dos meios de produção e pela intensa exploração da força de trabalho e na precarização da vida da classe operária e de suas famílias. Nesse momento expressivo da contradição entre o capital x trabalho, a classe trabalhadora se une no enfrentamento à burguesia colocando em evidencia a questão social e

suas múltiplas expressões, sendo este um importante marco na conquista de direitos e de políticas sociais enquanto reconhecimento de parte das demandas da classe trabalhadora.

Assim, a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64)

Surge em meados do século XX Henry Ford, responsável por inovar a produção industrial por meio de linhas de montagem, utilizando esteiras, de forma que, cada operário possuísse uma função específica durante o processo. Esse sistema gerou o aumento e aceleração da produção, em contrapartida serviu para a massificação dos trabalhadores.

Sobre o avanço das máquinas no decorrer do século e suas implicações, Paulo Freire observa as análises de Emmanuel Mounier² na obra Sombras de medo sobre o século XX³:

A produção em série, como organização de trabalho humano é, possivelmente, dos mais instrumentais fatores de massificação do homem no mundo altamente técnico atual. Ao exigir dele comportamento mecanizado pela repetição de um mesmo ato, com que realiza uma parte apenas da totalidade da obra, de que se desvincula, “domestica-o”. Não exige atitude crítica total diante de sua produção. Desumaniza-o. Corta-lhe os horizontes com a estreiteza da especialização exagerada. Faz dele um ser passivo. Medroso. Ingênuo. (FREIRE, 1967, p. 89)

Na década de 20 vivencia-se um amplo processo de superprodução cuja produção de mercadorias não acompanha sua absorção pela população, o que corrobora para um processo de crise. Como o lucro só se concretiza no consumo da mercadoria, interrompeu-se o ciclo de manutenção da extração das altas taxas da mais-valia. A queda do lucro somada à quebra da Bolsa de Valores de Nova York nesse mesmo período resultou numa crise mundial do sistema capitalista, conhecida como a Grande Depressão.

A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados [...] (Sandroni, 1992:151 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64)

² “Emmanuel Mounier nasceu em abril de 1905, em Genoble [...]. Estudou em Paris, licenciando-se em Filosofia em 1928.” Editora Agir, 1958.

³ “Os capítulos deste volume são conferências pronunciadas por Emmanuel Mounier na UNESCO em Paris, nos Encontros Internacionais de Genebra e na Semana de Sociologia nos anos de 1946 a 1948. Duas guerras mundiais com os seus horrores em menos de 50 anos, a nova era da destruição inaugurada pela bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki estendiam sobre a humanidade as sombras do medo.” Editora Agir, 1958.

Após a assustadora crise de 29, responsável pelo desemprego em massa, John Maynard Keynes⁴ desacreditado na competência do Estado Liberal em conter as crises do sistema e diminuir o desemprego elabora novos ideais político-econômicos visando solucionar e evitar o agravamento do quadro estabelecido. Keynes defendeu a intervenção do Estado no mercado pactuado ao fordismo para alcançar o pleno emprego e a igualdade social por meio da criação de empresas estatais e empregos públicos (BEHRING; BOSCHETTI; 2011). A prática da teoria do Estado como reguladora da economia em países da Europa possibilitou até meados dos anos 70 os chamados “anos de ouro”. Esses anos foram marcados pelos 30 anos gloriosos de crescimento econômico, pelo aperfeiçoamento de políticas sociais e consolidação do padrão de seguridade social em alguns países, diminuindo o desemprego e proporcionando melhoria na qualidade de vida daquela população. Temos aqui o Estado de Bem-Estar Social.

Para o financiamento das políticas sociais fez-se necessário a formação de fundos públicos e da expansão de crédito, acarretando no endividamento público, que somado à tentativa de manutenção do pleno emprego, ao aumento dos preços e da inflação, diminuíram o consumo e a lucratividade, resultando no esgotamento do Keynesianismo e do *Welfare State* vivenciado na Europa e na adoção de um “novo” modelo político-econômico e de reestruturação produtiva: o neoliberalismo e o modelo de acumulação flexível (Toyotismo).

Segundo Navarro (1998), citado por Behring; Boschetti, (2011, p. 126), para os neoliberais, a proteção social garantida pelo Estado Social, por meio de políticas redistributivas, é pernicioso para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população. Dessa forma, o neoliberalismo responsabiliza o Estado de Bem Estar Social por gerar sua própria crise ao investir no campo social.

A ascensão do ideário neoliberal para o enfrentamento da crise dos anos 70 integra um processo ampliado de mundialização do capital, na reestruturação produtiva e nas subseqüentes contrarreformas do Estado. Em favor da retomada dos lucros foi necessária a pactuação de um novo modelo de produção, conforme supracitado, sendo ele o toyotismo.

A difusão do neoliberalismo através do Consenso de Washington⁵, de acordo com Costa (2016), impõe “regras” para a promoção do desenvolvimento econômico, tais como:

Redução dos gastos públicos, disciplina fiscal, juros de mercado, reforma tributária, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização de empresas estatais, desregulamentação e desburocratização e direito à propriedade intelectual. (COSTA; 2016, p. 32)

⁴ Economista inglês (1883-1946) responsável pela base teórica que contribuiu para o desenvolvimento da Macro e Microeconomia e para Escola Keynesiana.

⁵ Formulado em 1989 na cidade de Washington - EUA, por economistas de organização financeira.

A redução dos gastos públicos, como citado pelo autor, significou para Behring e Boschetti (2011), na restrição e redução de direitos, árdua e historicamente conquistados pelos trabalhadores no confronto da luta de classes expressos e consubstanciados no conteúdo da Constituição Federal de 1988.

A reestruturação produtiva no Estado Neoliberal fundamentada no aumento da produtividade e retomada dos lucros é marcada, especialmente, pelas privatizações e intensa precarização dos vínculos de trabalho. Somado ao retrocesso na conquista dos direitos sociais, temos um “novo” Estado, mínimo para o social e máximo para o capital.

É importante lembrar que modificações nas condições de produção afetam diretamente a organização do trabalho e as relações sociais.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

A produção flexível, ao invés de produzir mercadorias padronizadas em larga escala como no fordismo, foca na produção em séries menores e na diversificação da mercadoria produzida, como cor e modelo. Dessa forma, a produção ocorre de acordo com a demanda, economizando gastos em matéria prima e mão de obra e ainda evitando a formação de grandes estoques, cenário este que requisitou mudanças na administração da força de trabalho e de qualificação da mesma.

A flexibilização do trabalho atinge toda a classe trabalhadora e suas profissões. No âmbito do Serviço Social:

Também é possível verificar, para os jovens assistentes sociais, a ampliação da precarização dos contratos de trabalho. A referida precarização se manifesta de três formas para esses profissionais: contratos temporários, ausência de vínculos empregatícios e inserção como profissional autônomo. (MAURÍCIO; CARVALHO; CARMO, 2017, p. 10)

No fordismo o aperfeiçoamento da qualidade e da velocidade da mercadoria estaria na prática repetitiva e rotineira de produção, ou seja, o trabalhador só conhecia aquele momento da fabricação pela qual ele era responsável. Partindo do pressuposto de que quanto menor os custos, maior o lucro, através das inovações tecnológicas reduz-se a necessidade da contratação

de mão de obra. De acordo com Murici (2007), ao invés da função especializada do trabalhador fordista, tem-se a função polivalente do trabalhador nos marcos do toyotismo, isto é, um único trabalhador domina e pode ser responsável por diversas etapas da produção.

Se de acordo com Marx a força de trabalho é a única mercadoria de que os trabalhadores dispõem e é na venda/exploração da mesma que eles encontram sua forma de sobrevivência e manutenção da vida, o desemprego em massa gerado pela produção flexível impulsiona e alimenta a intensificação e precarização da força de trabalho, uma vez que, não havendo ampla necessidade de contratação num contexto em que o trabalhador é sobrecarregado por múltiplas funções, permite a queda nos salários devido ao crescente exército industrial de reserva.

A primazia do toyotismo depende ainda da “captura” da subjetividade do trabalhador multifuncional, ampliando o controle do capitalista para além da força de trabalho, alcançando, também, o controle do seu intelecto a fim de que este absorva os valores do capitalista. Realiza-se na manipulação da visão e do sentimento do trabalhador sobre sua condição na empresa, atribuindo a ele maiores responsabilidades e liberdade de decisões, aparentando haver autonomia e controle da produção pelo operário.

[...] o trabalho vivo precisa não apenas vestir a camisa da empresa, mas dar a alma (corpo e mente) aos interesses do capital. O precário mundo do trabalho e o medo do desemprego constituem o ambiente psicossocial capaz de emular o engajamento estranhado. (ALVES, 2007, p. 235)

O desemprego e a instabilidade no campo de trabalho causados pelas terceirizações e privatizações fragilizam a vida dos trabalhadores que encontram dificuldades em se organizar como classe para enfrentar as “agressões” do neoliberalismo e reivindicar seus direitos e melhorias nas condições de vida.

O modo de produção capitalista é incapaz de absorver todos nos campos de trabalho, demonstrando a partir do Estado neoliberal uma de suas perversas faces na redução de direitos e no reforço do individualismo que devido à necessidade de não só garantir a própria subsistência, mas também seu poder de consumo, se submetem à condição de intensificação da precarização das condições de trabalho, resultando em uma vil competitividade pela possibilidade de submeter à superexploração da própria força de trabalho.

É importante frisar a relação do trabalhador com o consumo, com a mercadoria.

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). (MARX, 2004, p. 80)

Raichelis (2009, p. 383) afirma que, o Serviço Social, como profissão, também sofre com as consequências da reestruturação produtiva, “com a redução de postos governamentais principalmente os níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos.” Identifica ainda, que:

Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais. (RAICHELIS, 2009, p. 383)

Diante do exposto, as relações entre as pessoas na sociedade tornam-se relações entre objetos, entre coisas, processo este que recebe o nome de *reificação*. O homem passa a ser valorizado pelo o que tem, por aquilo que pode consumir e não pelo que são, pela sua subjetividade. Dessa forma, cria-se a dependência de ter para ser.

A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IMAMOTO, 2010, p. 125)

O poder que a mercadoria exerce sobre o homem recebe por Marx em sua obra *O Capital* (1998), o termo de *fetichismo da mercadoria*.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre produtos do seu próprio trabalho. [...] Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1998, p. 94)

Essa relação é também responsável por além de materializar a vida, ocultar as condições de exploração do trabalhador, ou seja, de torná-lo alienado. De acordo com Imamoto (2010), “o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro”.

Marx (2004) elabora quatro formas de alienação, a primeira: “relação do trabalhador com o produto do trabalho”, a segunda: do trabalhador com o “ato da produção”, a terceira: o estranhamento do próprio homem, como ser genérico, e então a alienação do homem entre os

homens. Esta última trata-se da individualização da vida, do distanciamento dos homens entre si, e aqui se veem como inimigos.

Em síntese, segundo Alvim (2006, p. 127), citado por (DEBORD, 1967, p.19):

A fase atual leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo efetivo deve extrair seu prestígio imediato. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela (...). Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico (...). O espetáculo é o sonho mau da sociedade moderna aprisionada que só expressa afinal o seu desejo de dormir.

O capitalismo contemporâneo, ainda sob o modelo de acumulação flexível, imerso na *reificação*, acompanhado pelas aceleradas inovações tecnológicas, exige cada vez mais a oferta do trabalhador polivalente, por formações técnicas especializadas e habilidades de criar soluções e resolver problemas, porém permanece na lógica da sobrevivência competitiva sob a precarização e superexploração da força de trabalho pressionados pela ameaça do desemprego. Essas condições, segundo Freire (2010, p. 45), “implicam na integridade física, mental e social” do trabalhador assalariado. Trata-se do processo de adoecimento da classe trabalhadora.

O adoecimento surge como desdobramento das “situações agudas de competitividade, burocratização e violação de direitos” (SANTOS, 2010, p. 703), acrescentado pela sobrecarga, pressão para o cumprimento de metas e pelo medo da exclusão do mercado de trabalho, “o trabalhador passa a apresentar diversas queixas, angústia, insônia, ansiedade, agitação, desânimo, medo, agressividade, sufocamento, isolamento social” [...] (NAVARRO; PRAZERES, 2010 apud CAMPOS, 2017, p. 808) podendo provocar também, “problemas variados de coluna, gastrites, úlceras, depressão e síndromes” (SANTOS, 2010, p. 703) sendo ainda, de acordo com Alves (2007, p. 6), o estresse como a doença universal do toyotismo.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde 2013: “indicadores de saúde e mercado de trabalho” realizada pelo IBGE junto ao Ministério da Saúde, de um total de 146,3 milhões de pessoas acima de 18 anos, 7,6% foram diagnosticadas com depressão. “Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO), a depressão é a principal doença na carga global de doenças no mundo”. Dentro dessa amostra por classificação em *relação à força de trabalho*⁶ o índice de diagnóstico foi de: 6,2% para as

⁶ Classificação da pessoa na força de trabalho em: “ocupada ou desocupada na semana de referência da pesquisa”. (IBGE, 2013)

peças *ocupadas*⁷; 7,5% para as *desocupadas*⁸; e 10,2% de pessoas *fora da força de trabalho*⁹. Não há na pesquisa a causa específica para o adoecimento, mas ao utilizar a posição no mercado de trabalho como critério de amostra, pode-se relacionar o emprego e o desemprego como um dos fatores causadores do adoecimento da classe trabalhadora.

Em relação ao Serviço Social, Santos (2010, p. 704) afirma que os assistentes sociais estão entre os profissionais que estão significativamente submetidos à condições de adoecimento, “pois eles lidam com indivíduos diretamente inseridos em situações de violação de direitos, de violência e de desigualdade social em toda sua intensidade”. Ainda de acordo com a autora, os assistentes sociais têm apresentado “níveis acentuados de stress, desgaste físico e emocional” (2010, p. 704).

Ao lidar com os usuários em situação de vulnerabilidade, em meio à conjuntura de cortes na esfera pública e nos repasses aos municípios, ou nos contratos precários de trabalho, os assistentes sociais, muitas das vezes, ainda precisam lidar com a frustração de não poder atender as demandas imediatas que aparecem em seu setor por falta de condições de recursos e por instabilidade/fragilidade de vínculo empregatício, podendo, ainda, ficar com sentimento de impotência em relação às necessidades apresentadas pelos usuários. Sobre a atuação do assistente social,

a condição de trabalhador assalariado — seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais ou “sem fins lucrativos”, faz com que os profissionais não disponham totalmente, nem tenham controle sobre as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional. (RAICHELIS, 2013, p. 620).

Dessa forma, diante de todo o exposto, percebe-se como as condições de trabalho na contemporaneidade afetam a sociabilidade e a saúde mental do trabalhador.

CAPÍTULO 2 – DIREITOS SOCIAIS E A CONJUNTURA ATUAL: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CENA

Vimos que o avanço neoliberal, as contrarreformas do Estado e a reestruturação produtiva foram responsáveis por diversas modificações no mundo do trabalho, nas relações sociais e inclusive na subjetividade do trabalhador. Uma das preocupações da flexibilização do trabalho

⁷ “Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerceu o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, greve etc.”. (IBGE, 2013)

⁸ “Pessoa sem trabalho, mas que toma alguma providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência da pesquisa”. (IBGE, 2013)

⁹ “Pessoa que não é classificada como ocupada nem como desocupada na semana de referência da pesquisa, mas encontra-se em idade de trabalhar”. (IBGE, 2013).

se volta para a mercadoria produzida, com objetivo de aprimorar a velocidade da produção e, principalmente, de garantir a qualidade total¹⁰ da mercadoria, necessitando de uma Gestão de Qualidade Total e de mão de obra cada vez mais qualificada e eficiente para garantir seus lucros. Nesse sentido, a qualidade da mercadoria está na sua absorção pelo mercado, se ela corresponde às exigências e desejos do consumidor.

Ainda sob o jugo do neoliberalismo, as privatizações e os cortes nas políticas sociais afetam e precarizam não só a dimensão do trabalho, mas todas as instâncias da vida, como a saúde, a segurança, a assistência social, a cultura e, especialmente, a educação.

A manutenção e reprodução do capitalismo exige a manutenção e reprodução de sua ideologia, ou seja, da ideologia hegemônica, orientada pela classe dominante, que se dá de diversas formas, dentre elas: por meio da mídia, dos veículos de comunicação, da religião e da educação.

A redução das atividades sociais do homem à sua dimensão instrumental e pragmática, tornando-o um agente passivo, regulado e que apenas maximiza as oportunidades aquisitivas e fetichistas, constituiu-se na condição essencial para a hegemonia dos valores e da racionalidade capitalista. (ABREU, 2008, p. 180)

A educação, em especial a do ensino superior, possui papel fundamental na formação tecnocientífica e, principalmente, ideológica dos futuros profissionais, constituindo-se, assim, esfera de destacado interesse da burguesia, já que estes serão futuros trabalhadores produtores de mais-valia, de conhecimento e possíveis propagadores da ideologia hegemônica.

Catani, Oliveira e Dourado (2001, p. 77) discorrem sobre a necessidade de adaptação dos trabalhadores às alterações do mercado atentando que “só a formação de profissionais dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho e às demandas do mercado de trabalho poderá responder aos problemas de emprego e de ocupação profissional”.

Para Karl Marx a ruptura com o sistema capitalista e da dominação de classes e logo da eliminação das desigualdades se daria através da consciência de classe e da união de suas forças.

Para sintetizar:

O pensamento fundamental que percorre o Manifesto: que a produção econômica, e a articulação social que dela com necessidade decorre, de qualquer época histórica forma a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da antiquíssima posse comum do solo) tem sido

¹⁰ “Qualidade total é uma forma de ação administrativa, que coloca a qualidade dos produtos ou serviços, como o principal foco para todas as atividades da empresa. Já a Gestão pela Qualidade Total é a concretização desta ação, na gestão de todos os recursos organizacionais, bem como no relacionamento entre as pessoas envolvidas na empresa. Esta ação consolida-se através de um agrupamento de idéias e técnicas voltadas para um aumento da competitividade da empresa, principalmente no que diz respeito à melhoria de produtos e processos”. (COLTRO, 1996, p. 4)

uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diversos estádios do desenvolvimento social; que esta luta, porém, atingiu agora um estádio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem simultaneamente libertar para sempre a sociedade toda da exploração, da opressão e das lutas de classes — este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx. (MARX; ENGELS, 1997, p. 9)

Para Paulo Freire, o rompimento com a dominação da ideologia dominante só é possível através da criticidade à realidade, sendo a educação uma das formas de desenvolver essa capacidade.

O ato de conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação. Para o educando conhecer o que antes não conhecia, deve engajar-se num autêntico processo de abstração por meio do qual reflete sobre a totalidade “ação-objeto” ou, em outras palavras, sobre formas de “orientação no mundo”. Este processo de abstração se dá na medida em que se lhe apresentam situações representativas da maneira como o educando “se orienta no mundo” – momentos de sua cotidianeidade – e se sente desafiado a analisá-las criticamente. (FREIRE, 1981, p.41)

Em consenso com Freire (1981), Fernandes (1979) também acredita no poder da educação para a reestruturação social. Para o autor, através da universidade os jovens brasileiros seriam capazes de superar o atraso e a dependência cultural.

A universidade não deve erigir-se num fosso que separe o jovem e o isole do fluxo da reconstrução social. Ela deve servir como verdadeiro fulcro de um estado de participação social consciente e responsável. Só há um meio para evitar que o radicalismo degenerem um problema social: a sua canalização socialmente construtiva. Esse princípio deve ser aplicado à educação dos jovens pela universidade e, para que isso ocorra, impõe-se que tenhamos a universidade. (FERNANDES, 1979, p. 35)

A universidade, desde a sua formação, é um campo de muitas lutas, embates ideológicos e políticos. Para garantir um ensino qualificado, Fernandes afirma que:

É preciso que saibamos, com plena convicção, o que pretendemos e como avaliar as funções sociais construtivas da universidade. Se não para sermos ouvidos e exercermos influência, pelo menos para defendermos com responsabilidade e com coragem as posições que já assumimos e que precisam ser mantidos. Cada povo possui a universidade que merece. (FERNANDES, 1979, p. 29)

À medida que há uma participação efetiva da construção e da luta por uma universidade pública de qualidade, há a construção do senso crítico e este é um fator preponderante para o fortalecimento de um conhecimento verdadeiro e que de fato transforme a perspectiva do que é o papel da universidade.

É preciso não temer-se o jovem, ele não é um perigo social nem é um perigo em si mesmo. Contudo, ele poderá torna-se muito perigoso, se receber uma educação frustrada e alienada socialmente, ignorante dos dilemas que pesam sobre o país e sobre a própria juventude. Aqui está o busílis da questão. As experiências totalitárias demonstram que a juventude pode ser manipuladas – sob uma condição: de que se identifique com meios e fins alheios ao estilo democrático de vida. (FERNANDES, 1979, p. 35)

A dita “reforma do Estado”, também significou reformas na educação para atender a lógica do capital e as necessidades do mercado. Em 1968, durante a Ditadura Militar, em meio as pressões populares somada as exigências do mercado globalizado, o Governo providencia a reforma da educação superior. Ésther (2015, p. 202) observa que, durante este período foram firmados “acordos entre os governos brasileiro e norte-americano, por meio do Ministério da Educação e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, conhecidos como os acordos MEC/USAID.”

Fernandes (1979) explicita sobre a Reforma Universitária e as modificações no papel da universidade.

De fato a “reforma universitária”, ao concretizar-se, caiu nas mãos das forças conservadoras e contra-revolucionárias [sic] no poder. Elas não são só esvaziaram a reforma de seu conteúdo democrático e inovador. Castraram-na por completo, pulverizando ainda mais a universidade conglomerada e retirando dela qualquer vitalidade cultural ou política. (FERNANDES, 1979, p. VIII)

Dessa maneira, as modificações legais da Reforma Universitária possibilitaram a abertura para o setor privado e, como consequência, um intenso processo de mercantilização da educação. De acordo com Manuel e Lúcia:

Os conceitos de racionalidade, produtividade, eficácia, eficiência, efetividade e competitividade do liberalismo econômico e empresarial, aplicados às instituições de ensino superior como parâmetros de avaliação e desempenho de professores, alunos e funcionários, são amostras evidentes das influências externas dos organismos internacionais e do pensamento desenvolvimentista do capitalismo concorrencial e da ideologia do desenvolvimento americano aplicada à Educação Superior Brasileira. (FRAGA; SIANO, 1991, p. 165)

Nesse sentido, a partir da eficácia financeira da Qualidade Total, surge a proposta de Qualidade Total na Educação. De acordo com Sito (1996, p. 7), a ideologia do projeto sob a ótica da política neoliberal visa “ajustar a educação enquanto campo estratégico, a lógica empresarial voltada às necessidades de mercado.”

[...] constitui o intento mais sistemático pra transformar a escola em uma instituição produtiva à imagem e semelhança das empresas. Daí que nela se façam referência aos

alunos sempre em sua condição de “clientes-alunos” e que se transponha – sem matizes- a semântica dos negócios à dos processos pedagógicos. (GENTILI, 2007, p. 147 apud ALMEIDA; DAMASCENO, 2015, p. 42)

No âmbito da educação de nível superior o artigo 207 da Constituição de 88 define que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC nº 11/96). (BRASIL, 1998, p. 123)

Nesse artigo citado, o termo autonomia pode ser questionado, uma vez que a instituição pode ser utilizada para disseminação da ideologia dominante, em consonância com os interesses do grande capital via estímulo de financiamento privado de pesquisas e extensão, o que pode influenciar no maior investimento em áreas específicas do saber e nos seus resultados voltados às demandas do mercado.

As universidades públicas dependem ainda de comprovar seu valor de contribuição com as instâncias sociais e econômicas para justificar a concessão de verba para permanência e desenvolvimento das instituições. Isto é, o financiamento e avaliação das universidades dependem da sua produção científica, dos resultados obtidos e dos gastos do processo, sendo ainda submetidas às provas padronizadas para análise de qualidade. Os dados dessas avaliações se dão em forma de rankings e classificações disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC). Em meio à produção do conhecimento é criada em 1998 a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que se trata da bonificação à produção de pesquisa e extensão. Essas formas de avaliação reproduzem a lógica da competitividade, da meritocracia e da concorrência típicos do toyotismo e encontrados no seio da política de educação. A fim de esclarecimento,

[...] o ideal da autonomia acadêmica, pode, efetivamente, nas instituições públicas, entrarem contradição com os interesses sociais mais amplos quando se associa ao corporativismo. É possível, e frequentemente ocorre, que o interesse dos docentes em termos de salário, de prestígio, de condições de trabalho e, inclusive de desenvolvimento intelectual pessoal, se dissociem das demandas sociais por formação profissional competitiva em termos do mercado de trabalho, por contribuição direta da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social, por retorno econômico dos investimentos realizados com educação e, principalmente por acesso generalizado aos benefícios que o ensino pode oferecer. Existe também o perigo do patrulhamento ideológico interno, o qual é tão prejudicial quanto o controle externo das posturas políticas. (DURHAM, 2003, p.282)

No Brasil, em discurso o corte de gastos públicos é justificado pela dívida pública do Estado. É importante lembrar aqui que o montante destinado ao pagamento da dívida é retirado do fundo público, fundo composto por tarifas e impostos pagos por toda sociedade,

majoritariamente sustentado pela classe trabalhadora. Logo é fundamental que a distribuição seja investida para a ampliação de direitos e melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, devendo ser este um dos espaços de disputa e luta social. De acordo com Behring e Boschetti, (2011, p. 156), o que determina a ampliação de direitos é a correlação de força entre classes e segmentos sociais que, inclusive, dependem “do grau de consolidação da democracia e política social” do país.

De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida¹¹, de um total de R\$ 2.483 trilhões arrecadados em 2017, apenas 4,1% foram destinados à educação, enquanto 39,7% destinados a juros e amortizações da dívida pública. No último ano foram gastos R\$ 536,6 bilhões com a dívida e R\$50,3 bilhões gastos com universidades federais. Ou seja, 13,9% a menos do que inscrito em lei, contradizendo o 212º artigo da Constituição Federal de 1988, que declara:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988)

No governo do Luiz Inácio Lula da Silva, uma das primeiras medidas de ampliação ao acesso à educação superior no Brasil se deu através da criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 2001, financiando a realização de cursos superiores em faculdades privadas e também do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que concede bolsas¹² parciais ou integrais para estudantes, também em instituições privadas. Em 2007 no governo Lula, através do Decreto n. 6.096, de 24 de abril, é instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Destacam-se algumas diretrizes firmadas pelo decreto de fundamental importância para análises futuras: ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa; compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes

¹¹ “Associação, sem fins lucrativos, que possui, entre outro o seguinte objetivo: realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais”. (ANDES-SN, 2018)

¹² “Os critérios estabelecidos para ser bolsista foram os seguintes: ser estudante oriundo da escola pública ou ter sido bolsista em instituições privadas; ser estudante com deficiência; ser professor(a) da rede pública de ensino, para cursos de licenciatura; ter renda familiar entre 1½ e 3 salários mínimos, dependendo da modalidade da bolsa solicitada”. (ANDES-SN, 2018)

acadêmicos; despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

A UFOP aderiu ao REUNI, e fundou em 18 de agosto de 2008 o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e em 2009 teve início a primeira turma de Serviço Social.

No ano de 2010, a Universidade lançou nota sobre as manifestações estudantis, reconhecendo as dificuldades e os problemas no Instituto. De acordo com Martoni e Ferraz (2013, p. 11) sobre o estatuto da UFOP, “o qual norteia suas atividades e determina a composição dos órgãos colegiados superiores, não passou por reformulações significativas desde o governo ditatorial.”

Apesar de algumas melhorias no decorrer dos anos, atualmente é possível notar no ICSA diversos problemas de infraestrutura no prédio Padre Avelar, no Restaurante Universitário e ainda a escassez de salas de aula em condições adequadas para uso.

No último Relatório de Gestão realizado, a UFOP (2016, p. 301) afirma que, “sofreu um corte de 10% de suas despesas de custeio e 47% em seus investimentos somente em 2015, e passou ainda a conviver com incertezas nos repasses de recursos provenientes do Governo Federal.”

O Ministério da Educação propunha contribuir com as despesas da ampliação, porém as Universidades ainda sentem as consequências negativas do programa e dos cortes orçamentários do governo federal.

Os créditos previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários frente às despesas fixas da instituição, fato que, aliado ao contingenciamento e cortes ocorridos nos últimos anos, acarretou no adiamento na realização de várias despesas imprescindíveis ao funcionamento da instituição, situação que levou a Universidade a solicitar complementação de recursos junto à SESu. (UFOP, 2016, p. 38)

Sobre a implementação do REUNI em âmbito nacional, de acordo com o último senso realizado pelo MEC, houve de fato a expansão do ensino superior proposta pelo programa. Em 2011 já haviam sido criadas “14 novas universidades e mais de 100 novos campi”, logo ampliou-se o número de vagas e de novos cursos de graduação. O Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) somado ao Sistema de Seleção Unificada (SISU)¹³ também possibilitaram o acesso às universidades, uma vez que a prova pode ser realizada em grande parte dos municípios de todo país e o SISU permite concorrer pelas vagas de todas as universidades

¹³ O SISU é uma plataforma digital- administrada pelo MEC- que utiliza das notas do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) para classificar os candidatos para o preenchimento de vagas ofertadas por universidades públicas.

públicas, disponíveis na plataforma, evitando grandes deslocamentos como ocorria para a realização do vestibular.

Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. (BRASIL, 2005)

Em contrapartida, de acordo com o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2017, 87,9% das Instituições de educação superior pertencem à esfera privada. O relatório do censo de 2016 afirma que “no Brasil, em cursos presenciais, há 2,5 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública”. Em relação às matrículas, em 2016 a modalidade presencial teve queda de 0,08% enquanto o ensino a distância (EAD) teve expansão de 7,2%.

Atualmente, a Universidade Federal de Ouro Preto registra o número de 11.987 alunos em graduação, sendo destes 854 na modalidade a distância.

Em relação ao curso de Serviço Social, de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2009, o curso ocupava o 3º lugar em maior número de matrículas na modalidade de EAD.

O Conselho Federal de Serviço Social se posiciona contra a mercantilização da educação e o ensino a distância.

A modalidade de EaD, [...], compõe tal lógica e permite, por meio da massificação do ensino, o atendimento tanto dos interesses do mercado, de lucratividade, quanto dos interesses governamentais de ampliar as estatísticas educacionais sem o devido aporte de recursos. (CFESS; CRESS, 2014, p. 33)

Segundo Braz e Rodrigues (2013, p. 256) citados por Benatti e Mustafa (2016, p. 153) “[...] são 74.474 matrículas nos cursos EaD em Serviço Social, informada no Censo de Ensino Superior do MEC do ano de 2010”. As autoras afirmam ainda que

a formação profissional em Serviço Social embebida por esta lógica – a da educação como mercadoria – e, ainda, pela lógica da educação a distância, sofre os reveses das mesmas, o que coloca em xeque as diretrizes curriculares de 1996 e o próprio projeto ético-político dos assistentes sociais, deflagrando uma situação de ameaça à qualidade da formação de novos e novas assistentes sociais. (BENATTI; MUSTAFA, 2016, p. 154)

Sobre a assistência universitária, o Decreto Lei nº7.234 regulamentado em 19 de julho de 2010, institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública

federal”, um passo de extrema importância enquanto garantia de direitos. Uma das áreas que o programa atua é atenção à saúde.

A assistência estudantil da UFOP é administrada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) e pelo Núcleo de Assuntos Comunitário e Estudantis (NACE). A PRACE localiza-se no campus de Ouro Preto e é responsável por, através de critérios socioeconômicos, incluir o aluno nos programas de bolsas disponibilizadas pela Instituição, como por exemplo: bolsa permanência, bolsa alimentação e auxílio moradia, a pró-reitoria atua ainda no suporte acadêmico e apoio psicológico, possibilitando aos estudantes consultas médicas especializadas. O NACE possui as mesmas responsabilidades da PRACE, porém é destinado ao público estudantil dos campus de Mariana.

De acordo com as autoras Thaís Bleicher e Raquel C. N. de Oliveira, as instituições de ensino superior encontram dificuldades em atender as demandas estudantis devido à falta de financiamento. Completam ainda que:

Mas há aqui uma questão que precede as conclusões a respeito da suficiência da verba frente à demanda. Se não há um delineamento claro para os investimentos financeiros em cada área proposta no PNAES, não há garantias de que haja equidade entre as áreas. O comum é a priorização de algumas dessas áreas, especialmente alimentação, transporte e moradia, em detrimento de outras também comprovadamente relevantes, como a saúde. (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016, p. 546)

Saraiva e Quixadá (2010, p.1) afirmam que:

A Universidade é um espaço desafiador para todos os profissionais que nela trabalham. O processo envolvido na produção e disseminação do conhecimento mobiliza aspectos cognitivos, sociais, físicos e emocionais que perpassam toda a formação dos que nela se encontram inseridos.

Em relação ao espaço desafiador citado pelos autores, em meio ao ideário neoliberal marcado pela competitividade, individualismo e meritocracia, e dos cortes orçamentários para a educação, os estudantes recém-ingressos, em especial os que saem do âmbito familiar para estudar, muitas vezes encontram-se despreparados e desamparados para lidar e enfrentar os impactos dessa mudança, podendo implicar no seu adoecimento e/ou evasão, principalmente se a Universidade não possuir estruturas, tanto físicas quanto profissionais, para promover a saúde e garantir a permanência de seus alunos.

Outro processo adoecedor identificado pelos autores está na fase do estágio em que o estudante munido da carga teórica da sala de aula se depara com a realidade da prática profissional. Esse momento é característico por exigir novas responsabilidades e ainda por

causar certa decepção, caso o estudante não consiga relacionar seus conhecimentos com a prática ou não se identifique com o exercer da profissão. No caso do Serviço Social esse processo pode se tornar ainda mais profundo, uma vez que nos campos de estágio os alunos são confrontados com diversas expressões da questão social, agora não mais nos livros e nos relatos dos professores, nesse momento presenciam diretamente a violência, a fome, o desemprego e o sofrimento de outro ser humano. Por isso, a importância de uma formação de qualidade, da orientação supervisionada acadêmica e em campo, para garantir o preparo e auxiliar nas dificuldades encontradas pelos graduandos.

Quanto a estas novas mudanças na vida dos estudantes, o relatório realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) junto ao Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) (2011, p. 41), constatou que 43% dos universitários reportaram que as dificuldades de “adaptação à cidade, à moradia, ou separação da família” estão entre os influenciadores do adoecimento. O relatório retrata ainda que, 70% dos estudantes encontram-se em *estado de ansiedade*, 44% informam insônia ou alteração significativa do sono, 36% sentem sensação de *desamparo/desespero/desesperança*, 31% sensação de *desatenção/desorientação/confusão mental* e 22% *depressivos*.

Os autores Cerchiari, Caetano e Faccenda foram responsáveis por realizar em 2005 a pesquisa “Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários”. De acordo com o estudo realizado, o índice de ocorrência de transtornos mentais menores (TMM)¹⁴ é maior em estudantes universitários do que no restante da população. Ao analisar os fatores causadores de TMM, os autores observaram que os indicadores da diminuição da saúde mental dos estudantes está no “aumento da tensão ou estresse psíquico, distúrbios psicossomáticos, falta de confiança na capacidade de desempenho e auto-eficácia” (2005, p. 416). Os estudos mostram ainda que a insegurança quanto ao futuro profissional, a falta de atividade remunerada, dificuldades em se expressar e a residência em repúblicas e pensionatos são os maiores fatores de risco a saúde mental dos universitários.

As pesquisas foram efetuadas com os estudantes dos cursos de Letras, Enfermagem, Direito e Ciências da Computação e conforme os resultados demonstram, foi possível notar que a “ocorrência de sofrimento psíquico tende a ser maior nos cursos em que o objeto de estudo tem maior subjetividade, em especial quando este objeto é o homem e o seu modo de ser, com toda sua complexidade.” (2005, p. 418). É importante sinalizar que este objeto de estudo

¹⁴ Os autores utilizam desse terminologia para se referirem aos sintomas *ansiosos, depressivos e somatoformes*.

perpassa pelo curso de Serviço Social através das contribuições de Karl Marx e que são de extrema importância para compreensão crítica da realidade.

Almondes e Araújo (2003, p. 43) realizaram um estudo investigativo sobre a relação entre o ciclo do sono e ansiedade nos estudantes universitários e os resultados obtidos mostraram que “devido aos horários escolares e as demandas acadêmicas (fatores exógenos) parece contribuir para aumentar o estado de ansiedade”.

Na última análise do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFOP realizado em março de 2018, a Universidade reconhece que a formação básica, o tempo disponível e local adequado para estudar, acompanhamento da didática dos professores, trabalhos em grupos, concentração para estudar, apresentação em público, residência longe da família e constituição de novas amizades, estão entre as principais dificuldades a serem enfrentadas pelos discentes durante a graduação.

Em relação à saúde mental dos estudantes da UFOP, os estudos realizados por Ventura (2018), apontam que 81,4% apresentaram algum tipo de adoecimento ao iniciar os estudos na Instituição, sendo que 58% afirmaram não possuir formas de adoecimento antes do ingresso. Em entrevista com a psicóloga da UFOP enquanto parte do levantamento de Ventura (2018), a profissional afirma ter aumentando a demanda por acolhimento psicológico e que se sente sobrecarregada, já que no momento é a única responsável pelos atendimentos nos campus de Mariana. Ao ser questionada sobre os encaminhamentos para outros serviços públicos ou privados, ela responde que:

Para os dois serviços, a gente encaminha pra atendimento no CAPS, que é o centro de atenção psicossocial pra atendimento de urgência. Na verdade eles não aceitam encaminhamentos mas a gente indica e explica como que funciona para que eles possam passar pelo acolhimento. Isso em relação casos mais urgentes que as vezes precisam de uma intervenção rápida e também de acompanhamento psiquiátrico. Além disso a gente também faz encaminhamentos pra PSF, são só três aqui em Mariana que fazem atendimento psicológico e também pra psicólogos da rede privada. A UFOP tem um credenciamento com psicólogos particulares, todo ano a gente lança um edital e os psicólogos se credenciam através desse edital e aí o PNAES que é o programa nacional de assistência estudantil tem uma verba específica que vem pra assistência estudantil e uma parte dessa verba é direcionada para os atendimentos psicológicos. É só pra bolsistas, porque o PNAES ele é destinado ao público que tenha renda familiar até um salário mínimo e meio. Esse público a gente consegue encaminhar pra esses psicólogos, eles fazem oito sessões, que a UFOP paga pra esses profissionais. A partir da nona se o estudante for continuar ele mesmo começa a arcar com o valor da sessão e aí pra quem não é bolsista da PRACE esses psicólogos fazem o mesmo valor que fazem para os bolsistas. Então é o aluno que paga mas ele também tem o desconto no atendimento, que atualmente o valor é de R\$60,00 reais, mas todos os psicólogos se dispuseram a negociar esse valor com os estudantes. Então se você não consegue pagar esse valor todos estão abertos a negociar.

Em vista da escassez de estudos mais profundos sobre a saúde mental dos universitários, considerando o avanço neoliberal sobre a educação, a assistência e as demais políticas públicas, em defesa dos direitos sociais e estudantis, na tentativa de dar visibilidade à importância da formação profissional humana e de qualidade, teremos, a seguir, um estudo recente realizado com os estudantes do curso de Serviço Social da UFOP.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS GRADUANDOS EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

3.1- Metodologia do estudo

O presente levantamento visou identificar, a partir dos marcos do modo de produção capitalista, como as condições adoecedoras do trabalho aliadas à ideologia dominante repercutem na educação superior com a intenção de compreender a relação existente entre a inserção na Universidade e o adoecimento estudantil dos matriculados no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

Para contribuir com a qualificação dos estudos foi realizado o levantamento de dados através da aplicação de um questionário online (Google Forms), a contar do dia 1 de novembro de 2018 ao dia 29 de novembro de 2018, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O questionário foi enviado por e-mail a todos os 348 os alunos matriculados no curso de Serviço Social da UFOP, contendo perguntas fechadas e abertas. No encerramento da coleta de dados, foram obtidas 49 respostas. Ademais, importa sinalizar o cumprimento do sigilo em consonância com a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do CEP/CONEP, art. 1º, inciso I do parágrafo único, onde consta que por se tratar de uma “pesquisa de opinião pública com participantes não identificados” o trabalho não requereu a necessidade de ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP.

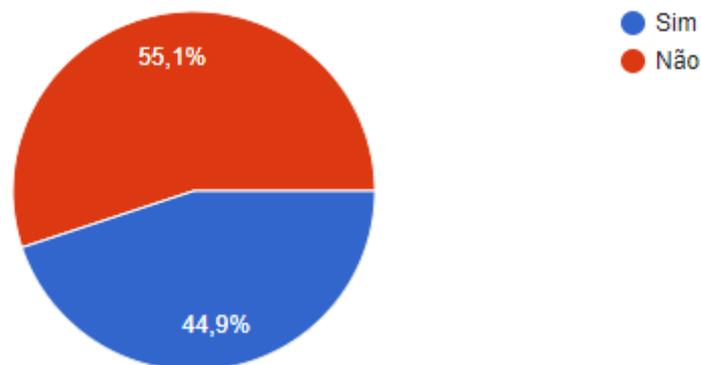
Para análise e fundamentação dos dados coletados, a fim de atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada a construção da base teórica através de pesquisas anteriores, documentos, artigos e publicações de autores(as) que trabalham a saúde mental e o adoecimento estudantil na sociedade capitalista contemporânea, utilizando-se do método materialista histórico e dialético de Karl Marx para melhor compreensão dos estudos e da realidade.

3.2 – Contribuições dos graduandos participantes

A aplicação do questionário pretendeu dimensionar a presença do adoecimento entre os discentes do curso de Serviço Social, mas também de compreender e analisar os fatores que ensejam tal situação.

Ao identificar o perfil dos estudantes, observa-se que a idade majoritária (38,8%) entre os participantes está entre 17 e 22 anos. Com relação à renda per capita, incluindo o estudante, 51% está entre um e dois salários mínimos. No que se refere às bolsas ofertadas pela UFOP, 48,97% declararam ser beneficiários de alguma das modalidades, prevalecendo a bolsa permanência em 40,8%. Fato importante de ser ressaltado refere-se à informação de que, 51% dos participantes informaram que a permanência na Universidade está condicionada ao acesso à assistência estudantil e que 55,1% não possuem nenhuma outra forma de complementação de renda. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis declarou em março de 2018 que 20% do geral de estudantes são contemplados com bolsa-alimentação, bolsa-permanência e moradia.

Gráfico 1- Índice de atividade remunerada como forma de complementação de renda



Fonte: Elaboração própria.

Cumpramos destacar que de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, discutida no capítulo 1 deste trabalho, as pessoas desempregadas apresentavam o maior índice de adoecimento mental.

Ao serem questionados pelos motivos de ingressar no ensino superior, uma das principais razões apresentadas pelos estudantes se refere à dimensão financeira que está associada a maiores oportunidades de emprego e melhoria nas condições de vida.

Ter condições de uma vida financeira melhor. (Participante 1)

Porque na atual conjuntura societária é de fundamental importância termos uma graduação de forma que ao vender nossa força de trabalho consigamos condições relativamente melhores. (Participante 18)

Melhor qualificação para o mercado de trabalho. (Participante 19)

Qualificação pro mercado de trabalho. (Participante 22)

Ter uma melhor condição de trabalho. (Participante 23)

Para ampliar possibilidades de emprego. (Participante 31)

Necessário para conseguir um bom emprego. (Participante 36)

Para obter uma graduação/qualificação. (Participante 44)

Melhor condição de emprego e salário. (Participante 47)

Os relatos comprovam o fator de exigência do mercado de trabalho atual que é o de profissionais qualificados e cada vez mais polivalentes, o que reforça ainda a ideia da educação como investimento “para aqueles que veem a educação como um meio de ascensão social e, em nível macroeconômico, como passaporte para o desenvolvimento” (ALMEIDA; DAMASCENO, 2015, p. 43).

Alguns alunos afirmaram que foram motivados pelo conhecimento que o nível superior proporciona.

Melhor entendimento da realidade. (Participante 3)

Porque gosto do conhecimento adquirido. (Participante 35)

Necessidade e vontade de adquirir conhecimento. (Participante 40)

É possível observar como ambos os fatores aparecem ligados.

Para aprofundar conhecimentos em determinada área visando melhores oportunidades no mercado de trabalho. (Participante 8)

Para aprimorar meus conhecimentos e prestar concurso público. (Participante 20)

Mais conhecimento, e maior facilidade em ascender socialmente. (Participante 24)

Para obter conhecimento e possivelmente ter melhores oportunidades de emprego. (Participante 27)

Fui a primeira da família a ter esta vontade imensa, então além de ser um vislumbre para um futuro melhor (espero que seja), é também por uma questão pessoal, estou formando para mim mesma, pro meu conhecimento independentemente de entrar ou não no mercado de trabalho. (Participante 28)

Dessa forma, conforme pontuam Almeida e Damasceno (2015, p. 44) “o acesso à escolaridade se justifica enquanto instrumento viabilizador de ascensão social e progresso econômico.”

Em relação a escolha do curso de Serviço Social, apenas 28,6% afirmam que o curso sempre foi a primeira opção. Ao escolherem o curso, 63,3% dos estudantes afirmam já ter sofrido represália por parte da família, amigos e/ou desconhecido, dentre eles 30,6% relatam que o fato ocorreu várias vezes, em sua maioria por parte da família. Alguns relatos indicam que os ocorridos foram motivados por desconhecimento da profissão.

Sim, pelo fato das desvalorização da profissão achando que serviço social só faz caridade. (Participante 4)

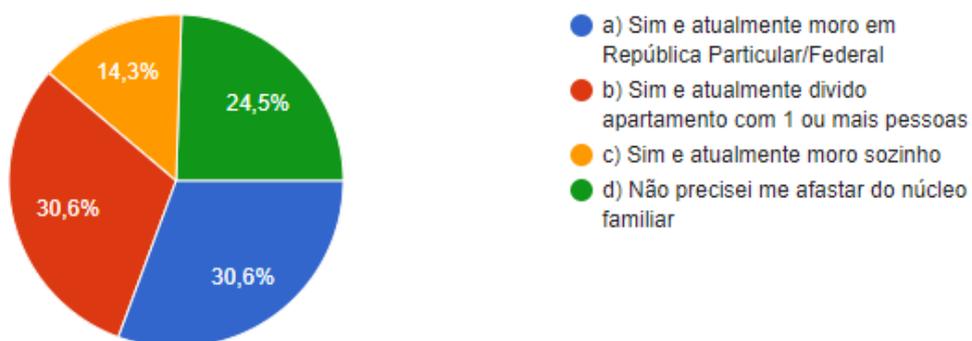
Sim, pelo fato de não ser um curso conhecido, e não trazer um retorno econômico muito bom. (Participante 7)

Sim. Ocorre com muita frequência em reuniões de família e amigos, principalmente por ser um curso ainda desconhecido por muitos. (Participante 29)

Sim. Acontecia com frequência nos primeiros dois períodos do curso. "Ah mas você não vai estudar de verdade?" e perguntas desse tipo eram feitas com frequência. (Participante 36)

Os graduandos foram questionados sobre a forma de moradia atual e se houve a necessidade de se afastarem do núcleo familiar, já que, de acordo com os trabalhos de Saraiva e Quixadá (2010) e Cerchiari, Caetano e Faccenda (2005), a distância da família e a residência em repúblicas e pensionatos são um dos principais fatores de risco para o adoecimento estudantil.

Gráfico 2 – Necessidade em se afastar do núcleo familiar para estudar em Mariana e condição de moradia atual

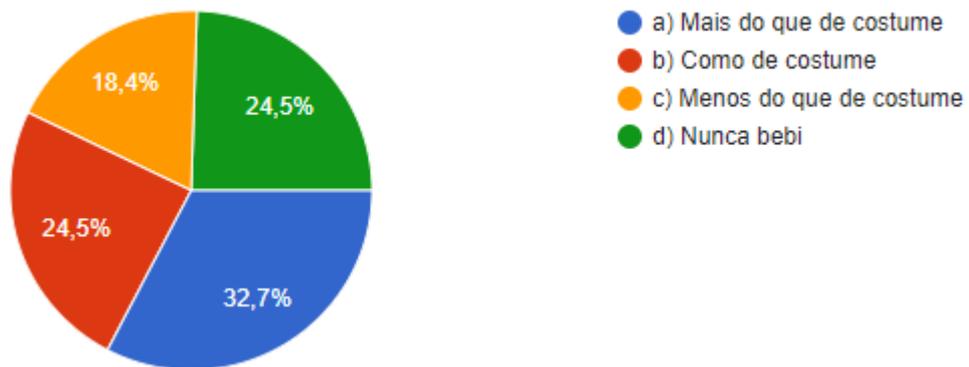


Fonte: Elaboração própria.

O gráfico demonstra que, 30,6% precisaram se afastar da família e atualmente moram em repúblicas federais ou particulares. Este número é igual para os que dividem a residência com 1 ou mais pessoas. A análise do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da UFOP apresenta que 30,1% dos participantes atribuíram a distância da família como uma das principais dificuldades vivenciadas na graduação.

Saraiva e Quixadá (2010) discorrem que as dificuldades de adaptação à vida universitária podem se manifestar de diversas formas, dentre elas está a situação de drogadição. No tocante à esta questão, os estudantes foram questionados sobre a frequência do uso de álcool e drogas ilícitas antes e depois de ingressarem na UFOP.

Gráfico 3 – Frequência do consumo de bebidas alcoólicas



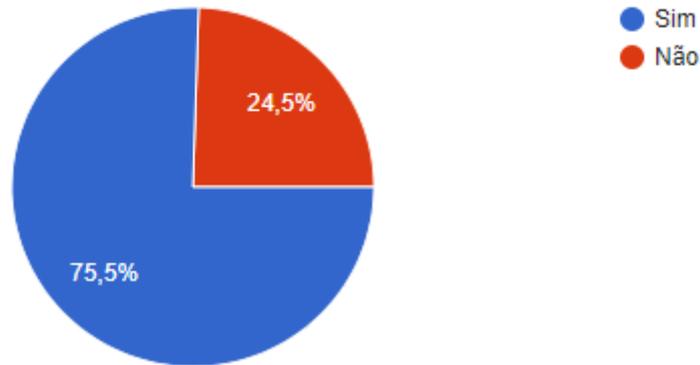
Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que 32,7%, afirmam ingerir bebidas alcoólicas com maior frequência depois de ingressar na Universidade. A pesquisa realizada pela UFOP¹⁵, mostra que 74,4% dos estudantes consomem bebidas alcólicas e que 3% avaliam que fazem o uso abusivo. Em relação ao uso de drogas, 26,5% afirmam consumir mais do que de costume, enquanto 63,3% nunca fizeram o uso de drogas ilícitas.

Em relação à saúde mental, foi realizada uma autoavaliação com os participantes que foram questionados sobre se sentirem adoecidos mentalmente e apenas 24,5% disseram que não. Foram obtidos os seguintes resultados:

¹⁵ Pesquisa realizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace), com o título: **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFOP**: ingressantes na Graduação 2017-1, discutida no capítulo II deste trabalho.

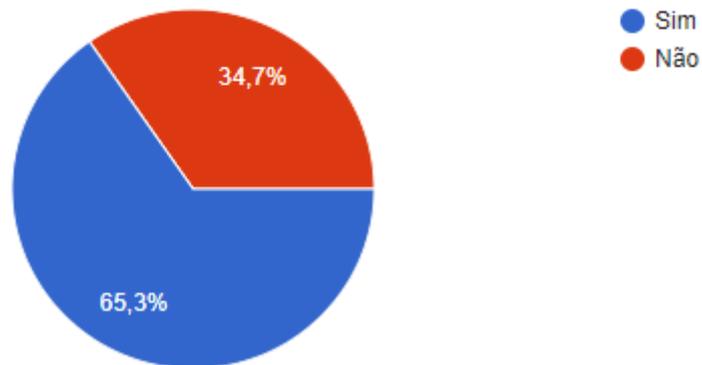
Gráfico 4 – Autoavaliação do adoecimento mental



Fonte: Elaboração própria.

Outro dado importante que pode ser observado no gráfico abaixo é que 65,3% reconhecem à Universidade a influenciadora de seu adoecimento.

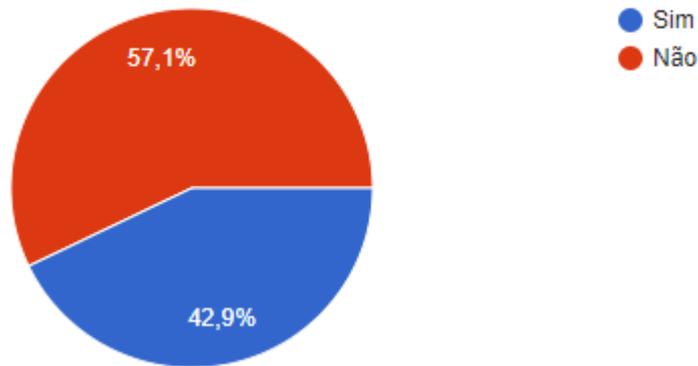
Gráfico 5 – A UFOP como influenciadora do adoecimento estudantil



Fonte: Elaboração própria.

Conforme refletido abaixo, dos que apontaram a Universidade como influenciadora, 57,1% sinalizam que não possuíam quaisquer manifestações de adoecimento mental antes de ingressar na Instituição.

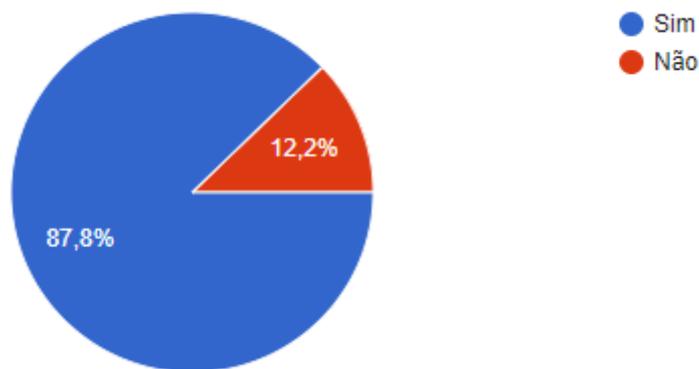
Gráfico 6 – Adoecimento antes do ingresso na UFOP



Fonte: Elaboração própria.

Em resposta à seguinte pergunta: *“De uma forma geral, você acredita que a inserção na universidade pode ser responsável por gerar adoecimento entre os estudantes?”*, foram obtidos os seguintes resultados:

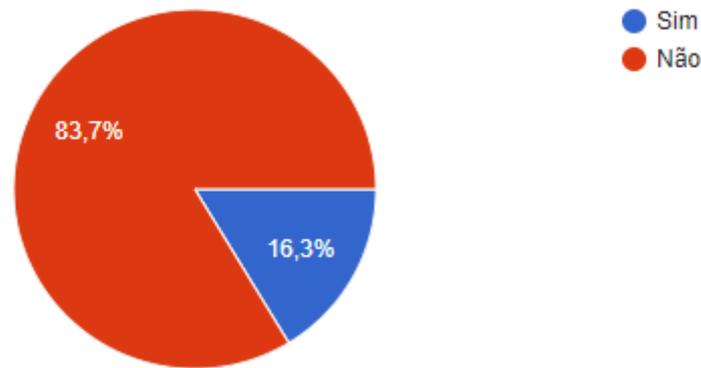
Gráfico 7 – As universidades como agentes adoecedoras



Fonte: Elaboração própria.

A teoria dialética marxista cumpre papel fundamental na formação acadêmica e atuação profissional do Serviço Social, sendo ela uma das responsáveis pela análise crítica da realidade em que vivemos. Considerando isso, os estudantes foram questionados sobre a esperança quanto ao seu futuro profissional em meio à conjuntura político-econômica atual e apenas 16,3% se sentem esperançosos diante da possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

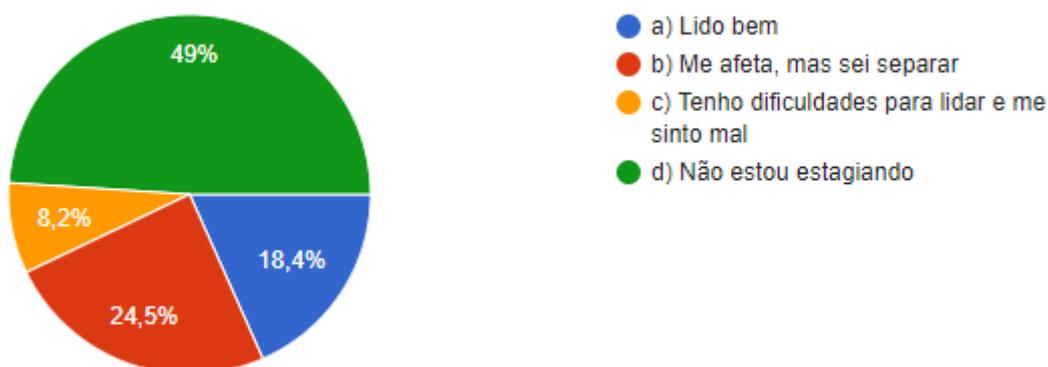
Gráfico 8 – Esperança quanto ao futuro profissional



Fonte: Elaboração própria.

Conforme Saraiva e Quixadá (2010) apontam acerca da relevância do estágio e dos desafios nele encontrados, que também pode se tornar um fator de adoecimento somada à formação acadêmica marxista e à prática profissional que requer lidar com as múltiplas expressões da questão social, o questionário revela que 8,2% sentem-se afetados emocionalmente devido à vivência com o sofrimento dos usuários no campo de estágio. Do total de participantes, 24,5% afirmam sentirem-se afetados, mas consideram saber lidar com as situações com que são confrontados e 49% sinalizam não estar estagiando.

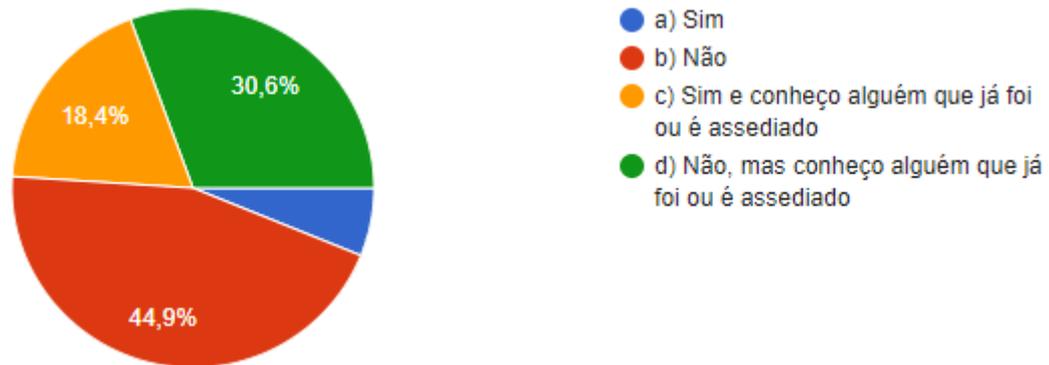
Gráfico 9 – A influência do estágio na saúde mental do aluno de Serviço Social



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao assédio por meio dos docentes na Instituição, o gráfico 10 demonstra que 24,5% informam ter sido ou serem assediados (moral e/ou sexualmente) e 30,6% disseram que não, mas conhecem alguém que foi ou é assediado. Menos da metade disseram nunca ter vivenciado experiências de assédio.

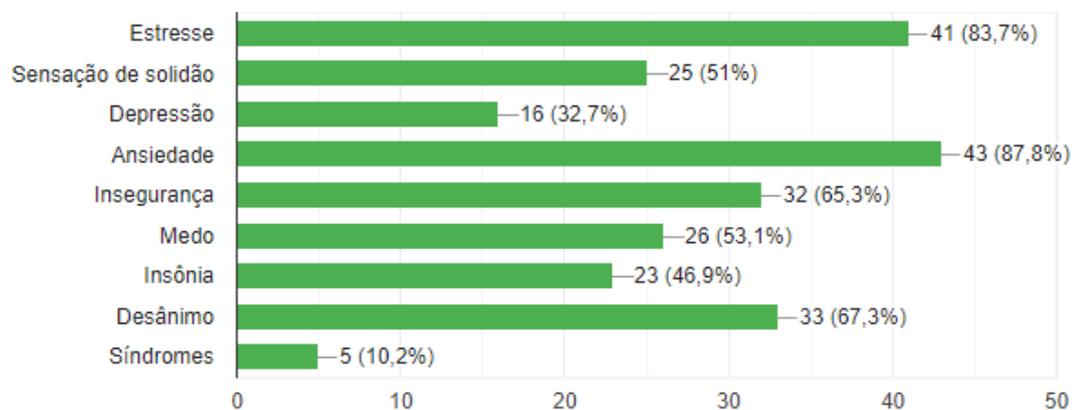
Gráfico 10 – Experiência de assédio na Instituição



Fonte: Elaboração própria.

Sobre as manifestações do adoecimento, foi pedido que os participantes marcassem as opções que acreditavam ter adquirido ou aprofundado devido à graduação. Dentre eles, o mais recorrente é a ansiedade, em seguida o estresse e o desânimo.

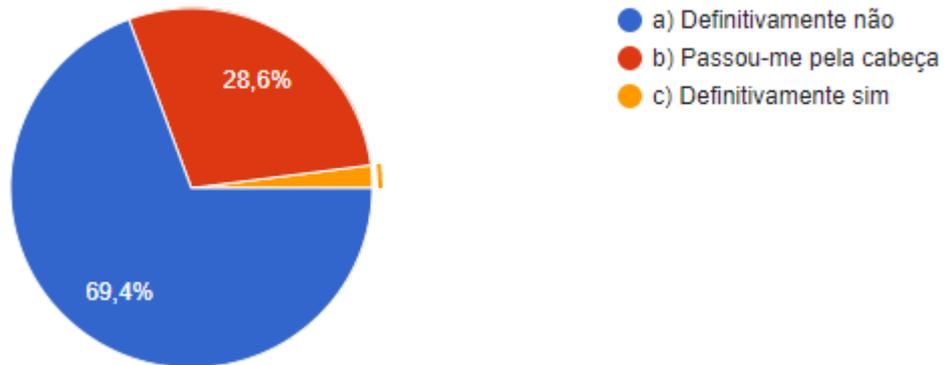
Gráfico 11 – Manifestações do adoecimento entre os discentes



Fonte: Elaboração própria.

Os fatores mais votados pelos alunos, segundo os autores Campos (2017), Santos (2010) e Alves (2007), são os mesmos sintomas apresentados pelos trabalhadores sob situação de exploração, competitividade, cobrança e pressão vivenciados nos locais de trabalho.

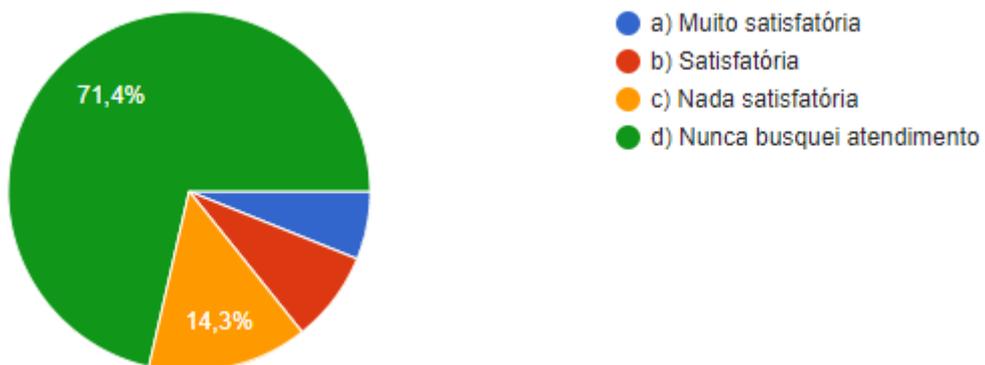
A preocupação em tocar em questões como essas se relaciona com a necessidade de compreender que o desenvolvimento do adoecimento em graus mais expressivos e sem o devido acompanhamento podem gerar desencadeamentos ainda mais complexos e severos. Dessa maneira, os participantes foram questionados sobre o desejo em acabar com a própria vida.

Gráfico 12 – Pensamentos suicidas

Fonte: Elaboração própria.

Felizmente, a pesquisa revela que 69,4% nunca pensaram sobre a possibilidade do suicídio, entretanto os outros 30,6%, devem ser motivo de preocupação para a intervenção da Universidade em relação ao estado de saúde mental dos estudantes.

É importante ressaltar que a partir de todos os dados expostos, 71,4% dos estudantes nunca buscaram atendimento especializado pelos psicólogos e/ou assistentes sociais da UFOP, número este que representa pouco menos dos 75,5% que se declararam adoecidos mentalmente.

Gráfico 13 – Busca por atendimento especializado

Fonte: Elaboração própria.

Ao refletir estritamente sobre os participantes que sinalizaram já ter buscado acompanhamento junto aos profissionais supracitados, destes 28,6% avaliaram o atendimento recebido como satisfatório, apenas 21,4% como muito satisfatório e 50% como nada satisfatório. Dessa forma, cabe aqui uma segunda preocupação que aponta ao fato de que parte

significativa dos discentes em situação de adoecimento que buscaram apoio através da Universidade não obtiveram experiências satisfatórias. Em relação aos pontos positivos dos atendimentos que foram efetuados, os participantes dispuseram os seguintes relatos:

Bom atendimento, porém com horário muito restrito ao atendimento. (Participante 1)

Muito bem recebida. A escuta é pontual e orienta para parcerias com psicólogos. Contudo, no serviço público essas demandas acabam sendo direcionadas para o CAPS que normalmente acaba tendo foco escutas coletivas e casos já agravados. Nesse sentido, a região do centro não tem um psicólogo para cuidar desse tipo de escuta que eu demandava. (Participante 3)

Eu gostei muito do atendimento que tive, o psicólogo que eu fui encaminhada me ajudou bastante, mas eu não completei todas as sessões. Eu parei de frequentar porque tive recaída na depressão e não estava conseguindo sair de casa, perdi o ânimo. Sinto necessidade de voltar, mas infelizmente não tenho condições de pagar, e também me falta coragem de pedir ajuda novamente. (Participante 5)

Foi um atendimento completo, muito estruturado, com cuidado das palavras e uma atenção muito sensível com as dificuldades apresentadas por mim. (Participante 10)

Em relação aos que não foram atendidos da forma desejada, estes informaram que:

O atendimento foi com relação à dúvidas da bolsa permanência, houve um certo equívoco, pois anteriormente na avaliação socioeconômica havia colocado a renda do meu salário e depois que pedi demissão, fui demonstrar que não possuía mais essa renda. Na atualização, fui informada que a assistente social havia "previsto" e que não iria aumentar a bolsa (categoria B), sendo que só meu pai era assalariado e possui renda com quase um salário mínimo e meio na carteira, atualmente está desempregado. (Participante 4)

Apenas teve a primeira consulta depois não voltou a entrar em contato. Disse que não podia auxiliar com a ajuda, e ia reencaminhar para outra da cidade. (Participante 7)

Devido à burocracia para marcar e o atendimento ser somente em Ouro Preto e m horários escassos, não consegui ser atendida. (Participante 11)

Péssimo, pois foi me informado na primeira sessão que o atendimento seria exclusivamente para assuntos acadêmicos e também em uma quantidade específica e posterior a esta seria cobrado ou encaminhado à algum outro profissional também cobrando. (Participante 12)

Não terminou o que tinha começado, fiquei com mais dúvidas e confusa sendo que as crise de ansiedade e desânimo aumentou. (Participante 13)

Também foi apresentada aos participantes a seguinte pergunta: *“Em sua opinião, de que forma a UFOP pode contribuir com a promoção da saúde mental de seus estudantes?”*. Os alunos sugeriram diversas alternativas, conforme pode ser observado a seguir:

Ofertar de forma mais acessível e menos burocrática o acesso aos psicólogos e um acompanhamento mais longo gratuito. (Participante 2)

Promover eventos alternativos tais como palestras de saúde mental e lazer. (Participante 3)

Abordando mais o assunto, pois ele faz parte do cotidiano dos estudantes que muitas vezes se calam porque não tem espaço para se comunicar. (Participante 4)

Oferta de bolsas que sejam o suficiente para a permanência. (Participante 7)

Acompanhamento continuado dos estudantes com disponibilidade de profissionais capacitados para nossas demandas. Nas moradias estudantis não temos acompanhamento necessário e devido às nossas demandas. (Participante 12)

Creio que desde o momento que recebe o/a estudante. Poderia ter uma recepção com mais informações que orientasse os locais de atendimento (fora a UFOP) e como poderia fazer para acessar, pois muitos não são daqui (os horários também são complicados, principalmente com relação ao final de semana por exemplo em que não tem nem ao CAPS para recorrer). Compreendo a questão dos cortes de gastos pelo governo, porém com a quantidade de alunos que a Universidade possui, fica complicado um quadro tão pequeno de assistentes sociais e psicólogos(as). Talvez poderia ter outra forma ou mecanismo que conseguisse abranger. (Participante 14)

Por mais que tenha o programa de auxílio psicológico na UFOP, ele é pouco divulgado. Acho que a universidade teria que trabalhar mais na divulgação e na ampliação desse auxílio, procurar ouvir mais os estudantes, fazerem programas de conscientização. (Participante 15)

Atuando de forma preventiva abrindo espaços de escuta qualificada, e dando devidas orientações e encaminhamentos. (Participante 19)

Democratizando a universidade, garantindo a segurança aos estudantes e a abertura da participação estudantil em todas as esferas. Pensando em uma forma de ensino que não seja massacrante, que potencialize o caráter coletivo da formação. Mas considero que a realidade social como um todo tem adoecido cada vez mais todo o povo. A universidade não conseguirá superar isso sozinha, é necessário uma reflexão de toda a sociedade. (Participante 21)

Alguns estudantes aproveitaram o espaço para fazer os seguintes apontamentos sobre o processo de adoecimento e a assistência prestada pela UFOP:

Já pensei em buscar o atendimento mas, como sei que demora para ser chamado e que apenas 6 consultas são ofertadas de forma gratuita, desisti. (Participante 2)

Poucos atendimentos, resumidos em conversas rápidas e redirecionamento para a rede particular de psicologia e psiquiatria, pois a UFOP não arca com o tratamento de nenhum estudante de forma contínua. No meu caso em particular sou assistida pela faculdade, pois parte do meu processo de adoecimento é culpa de uma docente específica e vários outros desestimuladores. (Participante 6)

Algumas vezes em que estava desanimada e com vontade de trancar o curso, conversava com alguns professores, eles sempre me davam um chá de ânimo. (Participante 9)

A partir da contribuição dos estudantes do Serviço Social, podemos perceber que o adoecimento e as sensações que ele provoca na vida dos trabalhadores, devido ao modo de vida e exigências impostas pelo sistema capitalista também são encontradas na vida dos universitários.

Mesmo com a postura crítica ao capitalismo presente no curso cumpre destacar que a pesquisa realizada mostra que os alunos do Serviço Social apresentam um perfil de vulnerabilidade econômica e apresentam dificuldades em se sustentarem durante a graduação, tornando-os dependentes da assistência estudantil da UFOP enquanto alternativa para a permanência na universidade.

Os dados demonstram, ainda, que os participantes reconhecem a Universidade como parte influenciadora do adoecimento, apesar de assentir que existem alternativas de que o próprio olhar da universidade sobre a comunidade acadêmica no tocante à prevenção e acompanhamento do adoecimento possa ser qualificado e ampliado a partir de ações coletivas ofertadas pela própria instituição.

Apesar da maioria compartilhar a residência com outros estudantes, 51% sofrem com a sensação de solidão, possivelmente pelo fato do afastamento do núcleo familiar e pela reclusão motivados pelo estresse e desânimo.

Especial atenção merece o fato de 32,7% terem relatado o aumento do consumo de bebidas alcoólicas após o ingresso na universidade. De acordo com o psiquiatra Arthur Guerra de Andrade em entrevista ao site *Minha Vida*, dentre os prejuízos do álcool, estão:

[...] danos à saúde física, sexo desprotegido, gravidez indesejada, infarto agudo do miocárdio, overdose alcoólica, quedas, violência (incluindo brigas, violência doméstica e homicídios), acidentes de trânsito, comportamento antissocial como, por exemplo, na família e trabalho além de queda no rendimento escolar e ocupacional, tanto em jovens como na população em geral. (ANDRADE, 2012)

Assim, há de se pensar quais os danos podem ser causados e/ou agravados a partir do uso do álcool somado ao adoecimento já vivenciado pelos discentes, principalmente se não houver a oferta do devido acompanhamento.

É de extrema preocupação o fato de 75,5% se sentirem adoecidos mentalmente quando comparado ao dado de 71,4% que nunca buscaram atendimento especializado. Isto é, os estudantes de Serviço Social convivem dia a dia com seu sofrimento sem o apoio de profissionais que o auxiliem na superação ou amenização dos seus problemas. A falta desse suporte pode ocasionar não só o aprofundamento do adoecimento, como também resultar em diversas outras consequências ao estudante, como, por exemplo, a evasão escolar e experiências ainda mais extremadas como o suicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os desdobramentos desta pesquisa requer entender o vínculo inalienável entre as respostas dos discentes com as experiências cotidianas vivenciadas e marcadas pelas relações sociais orientadas pelas exigências do capital a que estão submetidos.

Em uma notícia virtual publicada no site da UFOP realizada por Giulia Pereira e Juliana Folhadella¹⁶ sobre os 10 anos de REUNI na Instituição, a visão das autoras aparecem um tanto quanto romantizadas acerca do processo de ampliação da universidade, sustentada pelas falas positivas da reitora atual e do vice-reitor do ano de 2008. Pereira e Folhadella (2018) discorrem que o programa possibilitou o “crescimento, melhor infraestrutura e condições para a formação de novos profissionais”. Entretanto, tal afirmação não condiz com a realidade vivenciada pela comunidade acadêmica no campus de Mariana, que além da insuficiência de salas de aula, contam com a falta de equipamentos de qualidade e infiltrações severas em época de chuva.

Sobre a possibilidade de continuar a expansão da Universidade através de novos campi, a reitora Cláudia Marlière declara para a reportagem que:

Existe uma demanda ainda reprimida e ainda temos muita limitação de expansão, mas, no meu ponto de vista o plano de reestruturação e expansão da UFOP foi de extrema importância. Trouxe mais visibilidade para a Universidade, mais profissionais qualificados, um número significativo de alunos, que estão conseguindo ter sua formação de qualidade [...] (UFOP, 2018)

No que se refere à realidade da Universidade Federal de Ouro Preto, torna-se importante frisar que em contradição a essa expansão no final do ano de 2017 teve início uma disputa judicial pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), cedido à UFOP por regime de comodato com a Arquidiocese de Mariana. De acordo com a Arquidiocese (2017), a requisição dos prédios se deu por descumprimento da UFOP com a responsabilidade de restauração e conservação do patrimônio. O caso teve fim apenas em novembro de 2018, fechando um acordo garantindo a permanência do campus.

Apesar dessa importante conquista para a continuidade dos cursos do ICHS, importa compreender, numa perspectiva mais ampliada, os impactos que a agenda governamental orientada pela perspectiva neoliberal trouxeram ao financiamento e papel das universidades públicas nos últimos anos, especialmente a partir da proposta do REUNI. Daí a necessidade perene de refletir sobre a qualidade do ensino e da formação dos universitários nos marcos do

¹⁶ Estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

capitalismo cujo estágio acentua os processos já intensos de desmonte dos direitos sociais, destacando-se o processo aviltado de mercantilização do direito à educação.

Considerando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população constante nos princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 se faz necessário o seguinte questionamento: em meio ao fortalecimento do ideário neoliberal, qual será o perfil dos futuros assistentes sociais, já adoecidos durante a graduação e afetados diretamente pela precarização do ensino e desmonte das universidades públicas?

Diante dos dados revelados pela pesquisa, ratifica-se a premente necessidade de ampliação das ações da UFOP perante a questão do adoecimento que não assola exclusivamente discentes de graduação, mas todo o corpo da comunidade acadêmica, inclusive seus trabalhadores, docentes e técnicos enquanto sujeitos coletivos submetidos conjuntamente aos ditames da sociabilidade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Editora UFRJ, v. 10, 2008.
- ALMEIDA, L. A. Alberto; DAMASCENO, F. Maria. **O neoliberalismo e a educação brasileira: a Qualidade Total em questão**. Universidade Guarulhos: Revista Educação. v.10, n.2. 2015.
- ALMONDES, K. M.; ARAÚJO, J. F. **Padrão do ciclo sono-vigília e sua relação com a ansiedade em estudantes universitários**. Estudos de Psicologia, 2003, 37-43.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVIM, M.B. **A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade: uma visão crítica fundamentada na Gestalt-Terapia**. Estudos e Pesquisas em Psicologia v. 6, n. 2, p. 122-130, dez. 2006.
- ANDES-SN. Cartilha; **Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1263421463.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.
- ANDIFES, Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior; FONOPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Disponível em:< http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf> Acesso em: 27 de nov. de 2018.
- ANDRADE, G. Arthur. **Entenda os padrões e riscos do consumo excessivo de álcool: Frequência e volume de álcool ingerido determinam prejuízos à saúde**. 2012. Disponível em: <<https://www.minhavidacom.br/saude/materias/15413-entenda-os-padroes-e-riscos-do-consumo-excessivo-de-alcool>>Acesso em: 5 de dez. de 2018.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA**. Gráficos. Brasília. 2018. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/>> Acesso em: 9 set 2018.
- BEHRING, R, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8.ed. São Paulo: Cortez 2011.
- BENATTI, S. P. Lucimara; MUSTAFA, S. Patrícia. **Privatização e precarização da política de educação superior no Brasil – impactos para a formação profissional em Serviço Social**. Brasília. Temporalis, v. 16, n. 32, 2016.
- BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, C. N. Raquel. **Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, n. 3, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2017**. Brasília, DF. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>> Acesso em: 13 de nov. 2018.

BRASIL, 2010. **Decreto nº 7.234** (2010, 19 de julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 22 de junho de 2018.

BRASIL, 2010. **Expansão**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/expansao>. Acesso em: 29 de junho de 2018>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

BRASIL, PLP nº241, de 9 de março de 2016. Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAMPOS, Maiara Reis. **Trabalho, Alienação e Adoecimento Mental**: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores. Revista de Políticas Públicas, 2016

CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de; DOURADO, Luiz F. **Política Educacional**, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação do Brasil. Educação & Sociedade, v. 22. 2001.

CERCHIARI, E. A. N; CAETANO, D.; FACCENDA, O. **Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários**. Estudos de Psicologia. 2005, p. 413-420.

COSTA; N. Samuel. **Reestruturação Produtiva da Economia e Terceirização (ou semi-escravidão?)**: os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, 2016.

COLTRO, Alex. **A gestão da qualidade total e suas influências na competitividade empresarial**. São Paulo, 1996. (Caderno de Pesquisas em Administração)

CFESS/CRESS. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. v.2. 2014. Disponível em:< http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf> Acesso em: 18 nov. de 2018.

DUHRAM, Eunice Ribeiro. **Autonomia, Controle e Avaliação**. In: MORHY, Lauro (org.). Universidade em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 275-300.

ENESSO. **Cartilha**. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/08/a-quem-serve-teu-conhecimento-enesso-2015.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

ÉSTHER, B. Angelo. **Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira**. Espacio, Tiempo y Educación, v. 2, n. 2, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: Reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Omega, v.3, 1979

FRAGA, Manuel Dias; SIANO, Lúcia Maria França. A ideia de universidade na reforma universitária de 1968. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 3, p. 155-171, 1991.

FREIRE, Lúcia M. de B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas direções e processos do trabalho profissional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, V. Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

KAUARK, F; MANHÃES, F; MEDEIROS, C. **Metodologia da Pesquisa: Um guia prático**. Ed. Via Litterarum. Itabuna, 2010. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/713/1/Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>> Acesso em: 10 de ago. 2018.

MAURÍCIO, J.M.M; CARVALHO, M.C; DO CARMO, R. ADOECIMENTO E SOFRIMENTO SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em:< <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16531/11388>> Acesso em: 19 de nov. de 2018.

MARTONI, V. B. M; FERRAS, da Silva, L.D. **“Expansão para quem?”: Uma análise dos objetivos do REUNI e das diretrizes para a educação do Banco Mundial**. Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Rio de Janeiro/ RJ – 7 a 11 de setembro de 2013. Disponível em:< http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR443.pdf> Acesso em: 19 nov. 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Copyright, 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital** – crítica da economia política - O processo de produção do capital. Tradução de R. Sant’ana, vol. 1, 29. ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 2 ed. Lisboa: Avante, 1997. Disponível em:< https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf> Acesso em: 15 de nov. de 2018.

MURICI, Elisa. **Trabalho: uma atividade em constante transformação 2007. 59f.** Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas- Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.** Serv. Soc. Soc., n. 116, p. 609-635, 2013.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. Serviço Social, p. 377-391, 2009.

SANTOS, S. M. de M dos. **O CEFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo n. 104, out/dez 2010.

SITO, Jorge A. da S. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Uma Análise Crítica.** Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação Especialização em Organização Escolar da UFSM, 1996. Disponível em: < <http://www.alegrete.rs.gov.br/site/secao/arquivo/11-1386070501-973.pdf>> Acesso em: 20 de ago. de 2018.

SARAIVA, Alexsandro Macêdo; QUIXADÁ, Luciana Martins. **Realização, Sofrimento, Saúde e Adoecimento: Algumas Reflexões sobre o Estudante e sua Trajetória Universitária.** 2010. Disponível em:< <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/988-07082010-135554.pdf>> Acesso em: 30 de ago. de 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: indicadores de saúde e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 65 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97329.pdf> >Acesso em: 5 de nov. de 2018.

PEREIRA, Giulia; FOLHADELLA, Juliana. **Reuni completa 10 anos com visível ampliação do acesso à Universidade.** UFOP, Ouro Preto. 2018. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/institucional/reuni-completa-10-anos-com-visivel-ampliacao-do-acesso-universidade>> Acesso em: 10 de dez. de 2018.

PEREIRA, Lucinea de S. **Trabalhar e Estudar, Eis a Questão: Os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto.** Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

ZIONI, Fabiola. **Exclusão social: noção ou conceito?** Saúde e Sociedade, v. 15, p. 15-29, 2006. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300003> Acesso em: 19 de nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Assistência Estudantil (PRACE/NACE).** Disponível em:<<http://decsi.ufop.br/assist%C3%A2ncia-estudantil-pracenace>> Acesso em: 22 de junho de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Relatório de Gestão do exercício de 2016.** Relatórios de Gestão. Ouro Preto, 2016, p. 38. Disponível em:

<https://www.saci2.ufop.br/data/solicitacao/13283_relatorio_de_gestao_2016.pdf> Acesso em: 05 de dez. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação da UFOP: ingressantes na Graduação 2017-1.** Ouro Preto, MG. Editora da UFOP, 2018. v.1. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/>> Acesso em: 05 de dez. de 2018.

VENTURA, M. Camila. **O adoecimento dos discentes na Universidade Federal de Ouro Preto.** 2018. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) cujo título é “Uma análise crítica sobre o adoecimento dos graduandos em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto”. A pesquisa se propõe a aprofundar o conhecimento sobre a relação existente entre a inserção na Universidade nos marcos da sociabilidade capitalista e o desenvolvimento do adoecimento estudantil durante o processo de formação acadêmica.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de respostas às perguntas presentes neste questionário contendo questões objetivas e dissertativas.

A pesquisa em questão não oferece riscos maiores aos envolvidos do que os existentes na vida cotidiana e respeita os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais em consonância com o inciso I, parágrafo único, Art. 1º da Resolução nº 510 CONEP. Ao participar, você estará contribuindo significativamente para a produção de conhecimento acerca das demandas, ações, estratégias e propostas de enfrentamento ao adoecimento estudantil dos discentes de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Ressalta-se que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento e que sua identidade não será revelada.

A realização dos procedimentos e a utilização dos dados da presente pesquisa serão utilizados para fins didáticos, pesquisa acadêmica e de divulgação científicas, onde o sigilo e privacidade dos envolvidos serão primordialmente garantidos.

Em caso de dúvidas, solicita-se entrar em contato a qualquer momento com a pesquisadora principal pelo e-mail samaris_catheringer@hotmail.com.

APÊNDICE II – Questionário

Prezado(a) participante, as perguntas abaixo referem-se ao seu estado de saúde e condições de vida **atualmente**.

1- Sua idade está entre:

- a) 17 e 22 anos
- b) 23 e 28 anos
- c) 29 e 34 anos
- d) 35 e 41 anos
- e) 50 anos ou mais

2- A renda per capita da sua família, incluindo você, está entre:

- a) Um e dois salários mínimos
- b) Dois e três salários mínimos
- c) Quatro ou mais salário

3- Você possui acesso a alguma bolsa ofertada pela assistência estudantil da UFOP?

- a) Sim
- b) Não

Se sim, qual (is)?:

4- Sua permanência na universidade está condicionada ao acesso à assistência estudantil?

- a) Sim
- b) Não

5- Você exerce alguma atividade remunerada como forma de complementação de renda?

- a) Sim
- b) Não

6- Semestre de ingresso na Universidade:

7- Por que você decidiu fazer o ensino superior?

8- O curso de Serviço Social:

- a) Sempre foi sua primeira opção
- b) Queria outro curso, mas não foi aprovado
- c) Sentiu-se pressionado pela família ou amigos para cursar

9- Você já sofreu alguma represália por parte da família, amigos ou desconhecidos por estar no curso de Serviço Social?

- a) Sim
- b) Não

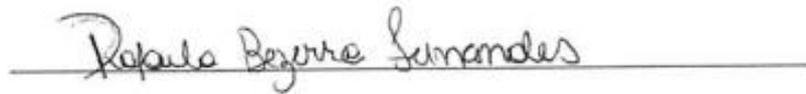
Em caso afirmativo à pergunta anterior, com que frequência isto ocorre/ocorreu?

- 10- Você precisou se afastar do núcleo familiar para estudar em Mariana?
- Sim e atualmente moro em República Particular/Federal
 - Sim e atualmente divido apartamento com 1 ou mais pessoas
 - Sim e atualmente moro sozinho
 - Não precisei me afastar do núcleo familiar
- 11- Em comparação ao uso do álcool **depois** de ingressar na UFOP, você considera que ingere bebidas alcoólicas:
- Mais do que de costume
 - Como de costume
 - Menos do que de costume
 - Nunca bebi
- 12- Em comparação ao uso de drogas **depois** de ingressar na UFOP, você considera que faz uso de drogas ilícitas:
- Mais do que de costume
 - Como de costume
 - Menos do que de costume
 - Nunca fiz uso de drogas ilícitas
- 13- Como você classificaria seu estado de saúde mental atualmente?
- Bom
 - Ruim
 - Regular
- 14- Você se sente adoecido mentalmente?
- Sim
 - Não
- 15- Em caso afirmativo à questão 14, você relaciona as mudanças na sua vida após ingressar na Universidade como influenciadoras de seu adoecimento?
- Sim
 - Não
- 16- Em caso afirmativo à questão 14, você já apresentava alguma manifestação de adoecimento antes de entrar na universidade?
- Sim
 - Não
- 17- De uma forma geral, você acredita que a inserção na universidade pode ser responsável por gerar adoecimento entre os estudantes?
- Sim
 - Não
- 18- Em sua opinião, de que forma a UFOP pode contribuir com a promoção da saúde mental dos seus estudantes?

- 19- Considerando a formação crítica fomentada pelo curso de Serviço Social e a conjuntura político-econômica atual, tem se sentido esperançoso quanto ao seu futuro profissional?
- Sim
 - Não
- 20- De que forma o sofrimento dos usuários vivenciado no seu campo de estágio te afeta?
- Lido bem
 - Me afeta, mas sei separar
 - Tenho dificuldades para lidar e me sinto mal
 - Não estou estagiando
- 21- Você já foi ou é assediado (moral e/ou sexualmente) por docentes da Instituição?
- Sim
 - Não
 - Sim e conheço alguém que já foi ou é assediado
 - Não, mas conheço alguém que já foi ou é assediado
- 22- Tem pensado em acabar com a própria vida?
- Definitivamente não
 - Passou-me pela cabeça
 - Definitivamente sim
- 23- Marque os itens abaixo que você acredita ter adquirido ou aprofundado devido à graduação:
- Estresse
 - Sensação de solidão
 - Depressão
 - Ansiedade
 - Insegurança
 - Medo
 - Insônia
 - Desânimo
 - Síndromes
 - Outros: _____
- 24- Você já buscou atendimento dos psicólogos e/ou assistentes sociais da UFOP? Se sim, sua experiência foi:
- Muito satisfatória
 - Satisfatória
 - Nada satisfatória
 - Nunca busquei atendimento

Se puder, faça um breve relato da sua experiência:

Certifico que a aluna Sâmáris Catheringer Ribeiro, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado “Uma análise crítica sobre o adoecimento dos graduandos em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

A handwritten signature in black ink, reading "Daniela Bezerra Fernandes", is written over a horizontal line.

(Nome do orientador)

Orientadora

Mariana, 20 de dezembro de 2018.